



Governo e pré-campanha do presidente Lula partem para o ataque ao colar nos Bolsonaro a pecha de que são quinta coluna. Reeditam e turbinam a estratégia de desgaste do clã à época em que Trump tarifou as exportações brasileiras em 50%

Classificação de facções põe soberania na eleição

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» FABIO GRECCHI

A inclusão do Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) na classificação de organizações terroristas pelo governo dos Estados Unidos acendeu o alerta na estratégia de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Diante disso, o PT e o Palácio do Planalto discutem mudanças na comunicação do presidencial. Interlocutores da pré-campanha identificaram a necessidade de deixar Lula mais incisivo, presente e ágil no embate político direto no ambiente digital, abandonando o tom neutro que costuma pautar os perfis oficiais de governo. A meta é garantir velocidade de resposta para enfrentar a máquina bolsonarista no mesmo timing e com a mesma força.

Uma das peças-chave dessa reestruturação seria o deslocamento do fotógrafo oficial da Presidência, Ricardo Stuckert, para atuar diretamente com Lula no front digital, trabalhando em parceria com a secretária de comunicação do PT, Nicole Briones. Outra é erguer a bandeira da soberania mais uma vez dando nome aos bois. Tal como aconteceu no ano passado, com o tarifaço de 50% imposto por Washington às exportações brasileiras, a campanha pretende novamente galvanizar o espírito nacionalista do brasileiro deixando claro quem defende e quem solapa os interesses do país.

Isso explica o tom duro da nota divulgada na sexta-feira pelo Palácio do Planalto, enfatizando que o clã Bolsonaro deseja voltar à Presidência da República para “entregar” o Brasil aos interesses norte-americanos. O protesto do governo foi reforçado pelas críticas do presidente no evento da Petrobras em Sergipe e pelo comentário do vice Geraldo Alckmin, em Caraguatatuba (SP), na entrega de seis novos veículos para a saúde, adquiridos por meio do Novo PAC.

“A decisão do governo estadunidense foi anunciada após articulações da extrema-direita brasileira, sob o comando de Eduardo e Flávio Bolsonaro (PL), evidenciando, mais uma vez, a família Bolsonaro como agente de uma política lesa-pátria, ao colocarem em xeque a nossa soberania”, frisa a nota, que reforça ser de exclusiva responsabilidade do Estado brasileiro o combate às facções.

“O PCC e o CV são organizações criminosas voltadas ao lucro econômico por meio de atividades ilícitas, que são e devem ser combatidas diariamente pelo Estado brasileiro com inteligência, para sufocar o financiamento, e repressão, quando necessário. Não são grupos movidos por objetivos políticos, ideológicos ou religiosos orientados à tomada do poder ou à imposição de um projeto político”, esclarece o comunicado.

Ao salientar a responsabilidade do Estado brasileiro no enfrentamento às facções, a ideia da campanha é deixar claro aos interlocutores que tudo que esteja fora disso é uma interferência indevida e uma usurpação ao dever do governo. Mais: frisa que quem trabalha no sentido contrário comete crime de lesa-pátria ao agir como **quinta coluna**. Tal como Lula enfatizou em Sergipe.

“(Flávio Bolsonaro) não tem vergonha na cara de trair a nossa pátria e ir aos Estados Unidos pedir intervenção americana no Brasil. Se ele fosse pedir intervenção para prender milicianos, eles ficariam presos lá. Estão incomodados porque sabem que vou vencer a eleição outra vez”, atacou.

Campanha contra STF

No ano passado, o clã Bolsonaro estava no auge da campanha de difamação contra o Supremo Tribunal Federal (STF) em função de o patriarca e ex-presidente Jair estar sendo julgado por chefiar uma organização criminosa, que tentou dar um golpe de Estado no Brasil depois da derrota eleitoral para Lula em 2022. Nos Estados Unidos, o ex-deputado Eduardo Bolsonaro e seu auxiliar, o blogueiro Paulo Figueiredo, mantinham interlocução com setores da Casa Branca e do movimento *Make America Great Again*.

Ricardo Stuckert/PR



Lula elevou o tom contra os Bolsonaro e, ao mesmo tempo, nota do governo expôs a atuação do clã junto ao governo Trump



Quem discute o que é crime dentro do Brasil é a lei brasileira. Os Estados Unidos podem fazer a classificação que quiserem, só que isso não deve interferir na soberania de um país”

Rodrigo Prando, professor e pesquisador da Universidade Presbiteriana Mackenzie

Expressão da Guerra Civil Espanhola

A expressão “quinta coluna” refere-se a um grupo de pessoas que, de dentro de um país, cidade ou organização em guerra (ou em conflito latente), trabalha para favorecer o inimigo que está do lado de fora. Trata-se de um grupo de traidores, espiões ou sabotadores internos, que enfraquecem a resistência do seu próprio povo ou instituição para facilitar a vitória das forças externas. A expressão nasceu na Guerra Civil Espanhola (1936–1939). No outono de 1936, os fascistas liderados pelo general Francisco Franco avançavam em direção a Madri, defendida pelos republicanos. Os rebeldes estavam em quatro colunas militares distintas. O general Emilio Mola, ao ser questionado por jornalistas sobre qual das quatro colunas tomaria a capital espanhola, declarou numa rádio que uma “quinta coluna” já estava dentro da capital da Espanha. Eram os simpatizantes franquistas ocultos na cidade, prontos para sabotar a defesa republicana assim que o ataque começasse.

Na sequência das conversas que articulavam, veio a decretação de um tarifaço de 50% às exportações brasileiras. Praticamente ao mesmo tempo, o relator da trama golpista no STF, ministro Alexandre de Moraes, foi enquadrado na Lei Magnitsky. Nem Eduardo nem Paulo assumiram estarem por trás das duas sanções, mas foram às redes sociais para comemorá-las.

Já ali o Palácio do Planalto e a base governista no Congresso conseguiram ligar o ex-deputado à sanção comercial e ao enquadramento de Moraes na Magnitsky. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), afirmou que a medida baixada pela Casa Branca foi desenhada sob encomenda da família Bolsonaro. O então líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RI), anunciou que o partido estudaria

formalmente pedidos de cassação do mandato do filho 03 de Bolsonaro. Somado a isso, campanha em defesa da soberania nas redes sociais acabou por inocular o discurso do clã e de seus aliados.

Essa estratégia o Palácio do Planalto pretende reeditar agora, enquanto a diplomacia e setores produtivos que podem ser potencialmente prejudicados — sobretudo o mercado financeiro — agem no sentido de evitar ou postergar essa reclassificação do PCC e do CV como organizações terroristas.

Para o cientista político Rodrigo Prando, professor e pesquisador da Universidade Presbiteriana Mackenzie, o governo age de forma sensata ao demarcar as prerrogativas jurídicas do país. “Quem discute o que é crime dentro do Brasil é a lei brasileira. Os Estados Unidos podem fazer a classificação que quiserem, do



Quanto mais o governo conseguir demonstrar ações e indicadores positivos, menor tende a ser o impacto político de acusações que buscam associá-lo ao crime organizado”

Lucas Munford, CEO da Bayit Comunicação

que quiserem, só que isso não deve interferir na soberania de um país”, lembra.

O pesquisador pondera, contudo, que a medida de Washington acarreta riscos reais à economia. “Isso pode trazer prejuízos para os bancos, para os correntistas e para os brasileiros que viajam [caso contas laranjas de facções sejam identificadas em instituições nacionais operando no exterior]. O governo tem argumentos sólidos e institucionais para fazer a discussão”, avalia.

A comunicação da campanha tem, ainda, o desafio de traduzir o conceito de soberania para a população sem parecer conivente com o crime. “Com certeza a narrativa relacionando o governo de Lula ao crime organizado irá gerar, no mínimo, uma enxameada para a equipe do atual presidente”, analisa Lucas Munford, CEO da Bayit Comunicação.

Ele ressalta que a oposição explora medos e percepções que já estão consolidados na rotina do eleitorado. “Quando adversários encontram amparo ao associar um governo ao crime organizado, o objetivo não é apenas criticar políticas públicas, mas gerar um desgaste moral e emocional na imagem do líder político”, adverte.

Segundo Munford, a estratégia deve ser casar o discurso da soberania com entregas econômicas e sociais perceptíveis para o eleitor. “Quanto mais o governo conseguir demonstrar ações e indicadores positivos, menor tende a ser o impacto político de acusações que buscam associá-lo ao crime organizado”, assegura.

Partidos pedem ação da PGR

O PSol e a Rede Sustentabilidade pediram à Procuradoria-Geral da República (PGR) para investigar o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) por possível atentado à soberania nacional. A representação cita a atuação do parlamentar junto ao governo Donald Trump em defesa da classificação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas.

Os partidos aliados do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmam que Flávio e outros integrantes da família Bolsonaro têm atuado para estimular a intervenção do governo dos Estados Unidos em assuntos internos do Brasil, o que, segundo eles, é uma afronta à soberania nacional. O documento cita a visita do filho 01 ao presidente norte-americano, Donald Trump, na terça-feira, quando afirmou ter defendido a designação do PCC e do CV como organizações terroristas globais. No dia seguinte, o senador reuniu-se com o secretário de Estado, Marco Rubio, com quem também discutiu o tema.

Para sustentar a tese de que Flávio influenciou a decisão, a representação dos deputados do PSol e da Rede cita reportagem do jornal *The New York Times* segundo a qual a decisão do governo Trump foi tomada após “meses de lobby agressivo dos filhos do ex-presidente preso, Jair Bolsonaro, um aliado próximo de Trump”.

A petição frisa que a designação pode causar “impactos relevantes” ao Brasil. Segundo a representação, além de possibilitar a imposição de sanções econômicas a instituições financeiras brasileiras, a classificação abre, sob o direito norte-americano, a possibilidade de intervenção militar dos EUA em áreas de atuação dessas organizações, à revelia do governo brasileiro.

Usurpação

Um dos argumentos é o de que a Constituição é explícita ao determinar que compete privativamente ao presidente da República “manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos” e “celebrar tratados, convenções e atos internacionais”. Por isso, a petição sustenta que, ao viajar para Washington e supostamente obter uma decisão dos EUA com efeitos concretos sobre o Brasil, Flávio teria “usurpado competência privativa do chefe do Poder Executivo, caracterizando, em tese, invasão da esfera de competência diplomática da União”.

Segundo a petição, Flávio teria usado seu mandato como senador para “convidar um governo estrangeiro a intervir nos assuntos internos do Brasil, com impacto direto sobre a soberania nacional, o sistema financeiro, o processo eleitoral e a integridade territorial”. A representação pede à PGR também solicite a comunicação ao Tribunal Superior Eleitoral para que se avalie a existência de elementos configuradores de influência estrangeira no processo eleitoral.

Em nota, o coordenador geral da pré-campanha de Flávio, senador Rogério Marinho (PL-RN), afirmou que “se o crime que nos acusam é o de buscar apoio de nações amigas para asfaltar as finanças das facções e unir forças para proteger a população do terror e da violência, assumimos essa culpa com convicção”.